

Maílson negociará até o final

LUIZ ROBERTO MARINHO
Da Editoria de Economia

Apesar da indecisão do presidente José Sarney sobre as mudanças na URP do funcionalismo, que dura exatos um mês e quatro dias, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, pretende continuar negociando e insistindo, dentro do Governo, pela medida. Não está nos seus planos, pelo menos por enquanto, pedir demissão, porque quer esgotar todos os argumentos possíveis para que a alteração na URP seja aprovada, mesmo reconhecendo, como fez ontem, que a demora na definição da proposta dificultará ainda mais ajustar o caixa do Tesouro às despesas de pessoal.

Assessores se queixaram de que quer se estender a Maílson a mesma disposição atribuída ao seu colega do Planejamento, João Batista de Abreu, de pedir o chapéu caso o Palácio do Planalto sepulte de vez o congelamento temporário da URP. Fontes do Planejamento revelaram ontem, contudo, que tal disposição já não é tão firme como na semana passada e que Abreu, como o ministro da Fazenda, resolveu se dispor também a um árduo e difícil trabalho de convencimento da necessidade de se adotar medidas impopulares para conter o déficit público.

Embora unidos na proposta, a posição de Abreu no Governo é mais confortável para pedir demissão, em que pese tal possibilidade estar mais distante, hoje. Por duas razões básicas, inter-relacionadas: o temperamento (é bem menos político do que Maílson, no sentido de ter o pavio mais curto) e o fato de que, posto em sossego na Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, não era candidato ao Planeja-

mento o que equivale a dizer que não estava nos seus planos pessoais dividir responsabilidades por uma aguda crise econômica que, pelo seu receituário, passa necessariamente por medidas amargas para ser debelada.

INVENCIONICE

Como era previsível, o ministro da Fazenda negou enfaticamente, após empossar seu novo secretário especial de Assuntos Legislativos, Humberto Lacerda, ex-assessor parlamentar do Banco Central, que pretendia pedir demissão caso naufraguem suas propostas essenciais e de curto prazo para controlar o caixa do Tesouro.

Classificou como "boato" e "invencionice" a informação publicada pelo Jornal do Brasil de que teria "uma conversa definitiva" com Sarney se até sexta-feira não fossem aprovadas as sugestões de mudança na URP do funcionalismo.

— Não estou aqui para impor medidas. O trabalho do Ministério da Fazenda é examinar propostas e convencer pessoas do Governo e o Presidente da República da conveniência, oportunidade e necessidade delas. Não seria lícito, da minha parte — assinalou — impor ao presidente qualquer medida nem estabelecer que fico ou não fico em função de tais medidas. Governar é enfrentar dificuldades.

SEM POTENCIA

Bastante cauteloso na conversa com os jornalistas no auditório do Ministério, depois da posse de Humberto Lacerda, Maílson admitiu porém, que a maior dificuldade na adoção das medidas para conter o déficit está em fazer com que "sejam examinadas em todos os seus ângulos sociais, políticos, econômicos e financeiros".

Neganda-se a reconhecer que falta unidade ao Governo para bater o martelo em torno das medidas impopulares, sublinhou que não cabe ao Ministério da Fazenda avaliar se há impedimento político à sua adoção.

Limitou-se a informar que estão na agulha as propostas de alcance de médio e longo prazos nas despesas, como o incentivo à aposentadoria dos funcionários públicos, pelo pagamento de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço antes de completado o prazo mínimo previsto em lei, e a reforma das tarifas aduaneiras.

A mudança na política tarifária, que vem sendo estudada com empresários do setor exportador desde novembro, está pronta e pode ser baixada sem problemas a qualquer momento, via decreto-lei, informou ontem um técnico da Fazenda. Ela consiste, basicamente, na criação de um imposto de importação único, com alíquotas que variam de zero a 85 por cento, dando uma alíquota média de 37 por cento, e na eliminação do sistema atual, considerado obsoleto, cujas alíquotas, apesar de atingirem 150 por cento, acabam numa média de sete por cento, por causa do complexo sistema de isenções.

Vem o incentivo à aposentadoria precoce, nem a reforma tarifária e a instituição de uma nova política industrial, reduzindo-se a presença do Estado na economia, "têm eficácia e potência suficientes para reduzir o déficit público" na proporção do congelamento temporário da URP do funcionalismo e da revisão do Orçamento Geral da União, segundo uma alta fonte da área econômica. Estas duas últimas se constituem justamente nas medidas amargas que o Planalto vem protelando.